

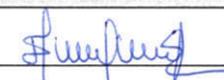
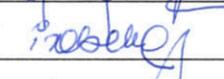
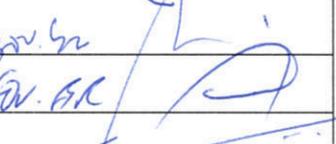
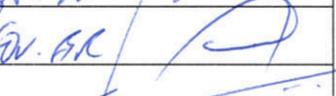
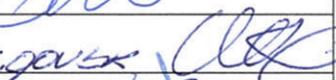
## LISTA DE PRESENÇA

**EVENTO:** 1ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite Estadual

**LOCAL:** Sala de Reuniões SEAMA/IEMA

**DATA:** 08/05/2015

**HORARIO:** 10:00h

Participante	Área/Departamento	Telefone(s)	E-mail	Assinatura
1. LIEZE ALVES PASSOS	ICMBio/APA Costa das Aras	3222 1417	lieze.quimica@gmail.com	
2. M <sup>te</sup> Izabella S. Góe Almeida	ASSJUR - IEMA	3636-2532	malmeida@iema.es.gov.br	
3. ALADIM F. CERQUEIRA	ANAMMA	3296-4004	aladim.cerqueira@anacruz.es.gov.br	
4. GUANDIR FONSECA	IGSM	3089-4071	guanadir.fonseca@igsm.es.gov.br	
5. SUELI PASSONI TONINI	IEMA/DR	99608-1808	sueli.tonini@iema.es.gov.br	
6. CARLAINE WEBER	SEAMA	3636-2603	GABINETE@SEAMA.ES.GOV.BR	
7. Biduno Diveina	SEAMA	"	BIDUNO.DIVEINA@SEAMA.ES.GOV.BR	
8. RODRIGO JUDICE	SEAMA	"	RODRIGO.JUDICE@SEAMA.ES.GOV.BR	
9. Leuzardina Barbosa	AGERH	21-999540827	leuzardina@gmail.com	
10. Eduardo Chagas	IDAF	3636 3766	e.chagas@idaf.es.gov.br	
11. Ten Cel Francisco J.S. Gomes	PMES/BPMA	3636-1650	cmt.bpma@pm.es.gov.br	
12.				
13.				

## ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE ESTADUAL DO ES DE 2015

<b>Data:</b> 08/05/2015	<b>Local:</b> Sala de Reuniões SEAMA/IEMA
<b>Início:</b> 10h00min	<b>Término:</b> 12h15min
<b>Pauta:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Verificação de Quórum;</li><li>2. Apresentação da nova gestão do Sistema Estadual de Meio Ambiente;</li><li>3. Apresentação do Relatório de Atividades da Comissão Tripartite Estadual 2013/2014;</li><li>4. Deliberação da composição e eleição do Presidente da Comissão para o mandato 2015/2016;</li><li>5. Definição de calendário anual e pautas para 2015;</li><li>6. Assuntos Gerais.</li><li>7. Encerramento.</li></ol>	

### **PARTICIPANTES PRESENTES:**

- Rodrigo Júdice (SEAMA/ES) - Presidente
- Caroline Weber (SEAMA/ES)
- Bruno Fantichelli (SEAMA/ES)
- Sueli Tonini (IEMA)
- Maria Izabella Sá e Almeida (IEMA)
- Lohaine J. Barbosa (AGERH)
- Eduardo Chagas (IDAF)
- Ten. Cel. Francisco Gomes (B. Polícia Militar Ambiental)
- Aladim Fernando Cerqueira (ANAMA/ES)
- Lieze Passos Bollivar (ICMBio)
- Guanadir Gonçalves (IBAMA)

### **1 Ponto I: Verificação de Quórum**

2 CAROLINE/SEAMA abriu a reunião agradecendo a presença de todos e informando que  
3 o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e atual Presidente da  
4 Comissão, Dr. Rodrigo Júdice, estava a caminho, contudo, solicitou que iniciasse a  
5 reunião. Logo em seguida passou a palavra ao BRUNO/SEAMA, que informou que havia

6 quórum para realização da reunião, uma vez que cada ente federado estava  
7 representado por, pelo menos, 01 (hum) membro. Registrou a falta da AMUNES.

8 SUELI/IEMA solicitou que fosse incluída como ponto de pauta, para esta primeira  
9 reunião, a discussão das necessidades de adequação da legislação estadual quanto à  
10 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. Todos concordaram.

11 **Ponto II: Apresentação da nova gestão do Sistema Estadual de Meio Ambiente.**

12 Foi realizada uma rodada de apresentação, a fim de que a nova gestão do Sistema  
13 Estadual de Meio Ambiente pudesse conhecer os membros e suas instituições.

14 **Ponto III: Apresentação do Relatório de Atividades da Comissão Tripartite Estadual  
15 2013/2014.**

16 BRUNO/SEAMA realizou uma breve apresentação do Relatório de Atividades da  
17 Comissão Tripartite Estadual nos anos de 2013 e 2014. Ressaltou que há  
18 encaminhamentos pendentes no âmbito da comissão quais sejam:

19 a) Discussão do Regimento Interno vigente e composição da Comissão –  
20 Esclareceu que o atual regimento interno da Comissão foi instituído em fevereiro  
21 de 2012 e os membros indicaram a necessidade de rediscuti-lo quanto ao tempo  
22 de mandato dos representantes e a indicação oficial das organizações que  
23 compõem a comissão. Nessa discussão, ainda foi pontuada a possibilidade da  
24 Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH integrar a Comissão, no entanto,  
25 os membros indicaram a necessidade de estabelecer uma composição  
26 transparente quanto à paridade, uma vez que o ente estadual estaria  
27 representado com a SEAMA, o IEMA, o IDAF e a possível integração da AGERH.

28 b) Criação de Grupo de Trabalho para elaborar um plano de ação para  
29 encalhe de cetáceos no litoral do ES - Foi encaminhado pelos membros da  
30 Comissão, a criação do referido GT, com base na dificuldade dos municípios, a  
31 pedido da ANAMMA, e dos agentes públicos quanto aos procedimentos  
32 necessários no encalhe de cetáceos não-vivos no litoral do ES. A instituição do  
33 referido GT foi deliberada pela Comissão, tendo apoio direto dos representantes  
34 do ICMBio, contudo, a Coordenação não conseguiu iniciar os trabalhos no ano  
35 de 2014.

36 c) Análise da proposta de Resolução que normatiza a autorização para  
37 supressão florestal no Espírito Santo - O IDAF pontuou junto à comissão uma  
38 proposta de Resolução a ser encaminhada ao CONSEMA, a fim de regularizar a  
39 autorização para supressão florestal no Espírito Santo. BRUNO/SEAMA informou  
40 que a ANAMMA solicitou prazo para discutir a proposta junto aos municípios  
41 antes da comissão deliberar. Assim, o assunto não seguiu para deliberação no  
42 âmbito da Comissão, sendo pendente de encaminhamento.

43 ALADIM/ANAMMA ressaltou que as discussões da Comissão Tripartite nos últimos dois  
44 anos tiveram resultados bastante positivos para os municípios como: a capacitação  
45 direcionada aos agentes municipais para fiscalização do caranguejo,  
46 encaminhamentos da portaria estadual de defeso do caranguejo-uçá e a criação do  
47 Fórum de Manguezais.

48 Finalizada a apresentação, SUELI/IEMA solicitou que fosse encaminhado o arquivo  
49 apresentado aos demais membros da Comissão Tripartite, para atualização de todos  
50 quanto às atividades da Comissão.

51 ALADIM/ANAMMA pontuou a necessidade de retomar os trabalhos da Câmara Técnica  
52 de Licenciamento Ambiental, principalmente quanto à discussão da proposta de  
53 resolução referente ao licenciamento ambiental municipal, que trata da transferência  
54 de processos e delegação de competência, assunto que a ANAMMA anseia por  
55 regulamentação. Ratificou a posição da entidade de que as delegações de  
56 competência não precisariam passar pelo CONSEMA como procedimento. Informou  
57 que a Câmara Técnica de Política do Conselho Estadual de Meio Ambiente está com  
58 interesse em discutir sobre a delegação de competência no CONSEMA, e que a  
59 ANAMMA solicitou aguardar posição da Comissão Tripartite sobre o assunto.  
60 CAROLINE/SEAMA informou que, internamente na SEAMA/IEMA, está sendo avaliada  
61 a proposta de resolução, havendo previsão de, em duas semanas, retomar as reuniões  
62 da Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental para fechar a proposta final.

#### 63 **Ponto IV: Deliberação da composição e eleição do Presidente da Comissão para o** 64 **mandato 2015/2016**

65 BRUNO/SEAMA chamou atenção para outra necessidade a ser resolvida no âmbito da  
66 Comissão Tripartite, pois no ano de 2014 deveria ter sido feita a atualização da  
67 composição e a votação de novo presidente para mandato de 01 (hum) ano.

68 Contudo, quando o assunto foi pautado, devido à criação da Agência Estadual de  
69 Recursos Hídricos – AGERH e a proposta de integrar a Agência à Comissão, foi  
70 apontada a necessidade de reestabelecer a paridade. Com isso, a Comissão havia  
71 decidido pela inclusão da composição no Regimento Interno, além de aumentar o  
72 tempo de mandato do presidente e dos membros indicados, considerado curto, à  
73 época. SUELI/IEMA propôs que essa questão fosse deliberada já nesta primeira  
74 reunião. O Presidente, Rodrigo Júdice, destacou que esse ponto não estava previsto  
75 em pauta, e, portanto, perguntou aos membros se estavam de acordo em discutir o  
76 ponto. Todos concordaram.

77 BRUNO/SEAMA indicou que a proposta era que a AGERH integrasse a comissão como  
78 convidada permanente, assim como o BPMA/PMES. SUELI/IEMA propôs que os  
79 representantes dos entes federais e municipais indicassem quais instituições poderiam  
80 integrar a Comissão, uma vez que seria necessário incluir a AGERH como membro  
81 com direito a voto. LIEZE/ICMBio pontuou que era necessário que a Comissão  
82 definisse qual seria a quantidade de instituições, para então realizar as adequações  
83 necessárias na composição de cada ente. ALADIM/ANAMMA ressaltou que uma  
84 Comissão com muitos membros poderia dificultar a efetividade das discussões e  
85 deliberações, destacou, ainda, a impossibilidade de apontar entidades como  
86 representantes do ente municipal, mesmo com a indicação das ANAMMA's Regionais,  
87 solução que se mostraria pouco eficaz, pois a ANAMMA acabaria tendo um único  
88 voto. LIEZE/ICMBio propôs que a Comissão fosse mantida na paridade atual, incluindo  
89 a AGERH como representante suplente na vaga do IDAF, o Presidente propôs, ainda,  
90 que a Agência seja convidada permanente em todas reuniões, e que eventualmente  
91 qualquer instituição afim ao assunto a ser debatido na pauta poderá ser convidada  
92 pelos membros da Comissão. Todos concordaram. Foi deliberado que o Regimento  
93 Interno da Comissão não seria revisado nesse momento.

94 Logo em seguida, BRUNO/SEAMA pontuou a necessidade de votação do Presidente da  
95 Comissão para o mandato 2015/2016. RODRIGO/SEAMA colocou a presidência à  
96 disposição, pois a SEAMA não tinha interesse em assumir para o próximo mandato,  
97 indicou, ainda, SUELI/IEMA, para assumir a presidência. Todos concordaram que a  
98 **Presidência da Comissão Tripartite Estadual para o mandato 2015/2016** será  
99 exercida pelo IEMA, por meio de sua Diretora Presidente, Sueli Passoni Tonini.

100 **Ponto V. Definição de calendário anual e pautas 2015.**

101 BRUNO/SEAMA informou que, conforme previsto no Regimento, a Comissão deverá se  
102 reunir bimestralmente. ALADIM/ANAMMA propôs que as reuniões fossem realizadas  
103 sempre na 2ª sexta-feira, a cada dois meses. Todos concordaram.

104 Não foi definida nenhuma pauta antecipadamente.

105 **Ponto V - Assunto Gerais.**

106 **a) Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Espírito Santo - TCFAES**

107 SUELI/IEMA informou existe a necessidade de adequação da legislação estadual, com  
108 destaque para o Anexo II, da lei que instituiu o TCFAES, que referencia os valores  
109 devidos a título de TCFA por estabelecimento por trimestre, para que o Estado possa  
110 receber os recursos previstos, solicitou ao IBAMA que confirmasse as pendências para  
111 assinatura do acordo. GUANADIR/IBAMA informou que a única pendência é o ajuste da  
112 tabela, uma vez que a TCFAES deve se limitar ao valor equivalente a 60% (sessenta  
113 por cento) da taxa prevista na legislação federal, informou ainda que já encaminhou  
114 ofícios para a SEAMA, ressaltando a necessidade de adequação. RODRIGO/SEAMA  
115 informou que fará o resgate dos documentos encaminhados pelo IBAMA, a fim de dar  
116 celeridade aos trabalhos e encaminhar o quanto antes o Projeto de Lei.

117 ALADIM/ANAMMA solicitou que a SEAMA apoiasse os municípios, com uma proposta de  
118 legislação sobre TCFA. Mª IZABELLA/IEMA pontuou que em São Paulo foi feita uma  
119 cartilha para os municípios referente à proposta da ANAMMA.

120 **b) Revisão do Código Florestal Estadual.**

121 EDUARDO/IDAF propôs como ponto de pauta das próximas reuniões da Comissão, a  
122 revisão do Código Florestal Estadual, informou que novo Código Florestal Federal foi  
123 instituído em maio de 2012, sendo que a legislação do Espírito Santo precisa avançar  
124 também. Informou, ainda, que o IDAF tem uma proposta, que foi discutida  
125 internamente, e que precisa ser debatida com os demais órgãos. GOMES/BPMA e  
126 SUELI/IEMA manifestaram apoio quanto à discussão do assunto. SUELI/IEMA sugeriu a  
127 criação de Grupo de Trabalho para trabalhar na revisão do Código Florestal Estadual,  
128 com proposta inicial a ser encaminhada pelo IDAF, com a participação de dois  
129 representantes de cada órgão que compõe a comissão. Todos concordaram.

130 EDUARDO/IDAF ressaltou que estava sendo discutida uma proposta de Resolução para  
131 tentar regularizar a autorização para supressão florestal, pois estava havendo

132 conflitos técnicos para as concessões, principalmente por conta da falta de  
133 procedimento estabelecido para indicar a necessidade de observar a Lei da Mata  
134 Atlântica. Destacou que a revisão do Código Florestal Estadual poderia resolver esses  
135 conflitos, porém, tal procedimento para revisar a lei é, por vezes, demorado, sendo  
136 talvez necessário retomar as discussões da proposta de Resolução para tentar diminuir  
137 os equívocos nas supressões de vegetação. Por fim, pontuou a necessidade normatizar  
138 uma compensação ambiental mais efetiva, principalmente para os casos de  
139 licenciamento de uso e ocupação do solo.

140 SUELI/IEMA propôs que essa última demanda pontuada pelo IDAF seja trabalhada no  
141 GT de revisão do Código Florestal Estadual, para conduzir, de maneira urgente, uma  
142 proposta de Decreto que regularize a situação. Colocou, ainda, que é necessário um  
143 acordo entre os órgãos da Comissão, para que tenham um discurso unificado, quanto à  
144 necessidade de encaminhar uma proposta de Decreto antes da revisão do Código.

#### 145 **c) Gestão da fauna no Estado.**

146 GUANADIR/IBAMA pontuou que o Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS do  
147 município da Serra está muito bem estruturado e totalmente adequado à recepção de  
148 animais que são recolhidos. Contudo, está com dificuldade para operacionalizar de  
149 maneira efetiva o Centro, apontou que somente o Batalhão de Polícia Militar  
150 Ambiental - BPMA tem utilizado a estrutura, mas que ainda é necessário desenvolver  
151 uma gestão que seja compartilhada, de forma que o Estado e os municípios utilizem o  
152 Centro, principalmente pelas responsabilidades de cada ente relacionadas à fauna  
153 estabelecidas na LC 140/11. GOMES/BPMA ressaltou a importância da participação  
154 municipal no atendimento às ocorrências domésticas, para recolhimento de animais,  
155 uma vez que o BPMA não tem condições de atender chamados do Estado inteiro.

156 SUELI/IEMA propôs a criação de um GT de Fauna para tratar sobre a operacionalização  
157 do CETAS, revisão da lista de espécies ameaçadas de extinção, revisão do PL de  
158 Pesca e de Fauna, com dois representantes de cada instituição. Todos concordaram.

#### 159 **d) Plano de atuação para encalhe e morte de cetáceos.**

160 LIEZE/ICMBio ressaltou que o GT proposto pela Comissão para trabalhar no plano de  
161 atuação para encalhe e morte de cetáceos no litoral do ES não avançou. Contudo,  
162 ainda é uma questão passível de solução por parte dos órgãos públicos e precisa ser  
163 retomada. ALADIM/ANAMMA propôs que a temática fosse trabalhada no âmbito do

164 Fórum de Manguezais, uma vez que naquele âmbito de discussão estão quase todos os  
165 municípios litorâneos. Todos concordaram.

166 **Ponto VI. Encaminhamento e encerramento:**

167 1) A AGERH será representante suplente, na vaga do IDAF, sendo convidada  
168 permanente das reuniões da Comissão, com direito a voto nos assuntos  
169 atinentes à Agência;

170 2) A Diretora Presidente do IEMA, Sueli Passoni Tonini, exercerá a Presidência da  
171 Comissão Tripartite no mandato 2015/2016;

172 3) As reuniões ordinárias acontecerão a cada dois meses, sempre na segunda  
173 sexta-feira;

174 4) Criar o GT Florestas, com 2 representantes de cada órgão que compõe a  
175 Comissão, para revisar o Código Florestal Estadual e trabalhar, de maneira  
176 urgente, numa proposta de Decreto para regularizar os procedimentos para  
177 licenciamento de uso e ocupação do solo nos casos de supressão florestal;

178 5) Criar GT de Fauna, com 2 representantes de cada órgão que compõe a  
179 Comissão, para discutir a operacionalização do CETAS, a revisão da lista  
180 estadual de espécies ameaçadas de extinção, o PL de Pesca e de Fauna;

181 6) Pautar na Reunião do Fórum Estadual de Gestão dos Manguezais, o plano de  
182 atuação para enalhe de cetáceos não-vivos no litoral do ES;

183 SUELI/IEMA agradeceu a presença de todos e, sendo esse o registro resumido da  
184 reunião, lavra-se a presente Ata que, após a aprovação dos demais membros, deverá  
185 ser assinada por todos.

Cariacica/ES, 08 de maio de 2015.

**RODRIGO MARQUES DE ABREU JÚDICE**  
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Presidente da Comissão Tripartite Estadual do ES